

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: São Francisco deve levar R\$ 15 bi da Eletrobras	10
Título: Governo discute campanha de comunicação para melhorar aceitação da venda da estatal.....	12
Título: União prevê obter R\$ 1 bi da partilha este ano.....	14

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás quer pagar bônus por meritocracia	2
Título: Alta da gasolina nos postos foi 6 vezes maior, diz estatal.....	3
Título: Plano B inclui venda da Eletrobrás e autonomia do BC.....	4
Título: Ultra corre para aprovar compra da Liquigás	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Brasil chega a 8º lugar em capacidade eólica instalada.....	7
Título: Refinaria responde por 17% de reajuste, afirma Petrobras	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: São Francisco deve levar R\$ 15 bi da Eletrobras	10

Título: Governo discute campanha de comunicação para melhorar aceitação da venda da estatal.....	12
Título: União prevê obter R\$ 1 bi da partilha este ano.....	14
Título: Para analistas, intervenção no RJ não afeta projeto	14
Título: Curtas	15
Título: Destaques	16
Título: Amazonas precisa cindir operações antes de leilão	16
Título: Lucro da Neoenergia sobe 34% e soma R\$ 406 milhões	18
Título: Verti vai à Justiça contra venda de ativos da Abengoa.....	19
Título: Focus fatura R\$ 1,2 bi e prevê alta de 40% em 2018.....	20
Título: Curtas	22
Título: Governo do Pará faz perícia na Alunorte.....	22
Título: Curtas	24
Título: Previc aprova cisão de plano da Petros	24

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás quer pagar bônus por meritocracia

Estatual deve criar um banco de talentos e alterar o seu plano de cargos e salários.

A Petrobrás vai dar mais um passo para implementar a cartilha da meritocracia no dia a dia dos seus funcionários. Em linha com o que manda o guru brasileiro de gestão de empresas dos anos 1990, Vicente Falconi, e com exemplos de sucesso do setor privado, como da cervejaria Ambev, a estatal quer estimular a performance dos seus profissionais. Para isso, está disposta a pagar bônus por desempenhos individuais de empregados, a criar um banco de talentos interno e a alterar o seu plano de cargos e salários. Um comitê multidisciplinar ainda vai ser criado para zelar pela integração dos diferentes setores da companhia. A principal função do grupo vai ser mapear os principais problemas de cada área e encontrar soluções rápidas, ainda que impopulares. As mudanças foram comunicadas pelo diretor de Assuntos Corporativos, Eberaldo de Almeida Neto, que assumiu o cargo no fim de janeiro, no lugar de Hugo Repsold, atual diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia.

Em carta direcionada aos funcionários divulgada na intranet, à qual o Estadão / Broadcast teve acesso, ele afirma que a companhia ainda tem que avançar bastante em dois temas essenciais para o seu futuro: "a integração e o mérito": "Temos de acelerar esse processo, de forma a intensificar o aumento da eficiência." Almeida Neto diz ainda que "recompensar o mérito da força de trabalho é uma função central do RH (Recursos Humanos) e um compromisso de toda diretoria executiva". Sindicatos. O comunicado não agradou a Federação Única dos Petroleiros (FUP), representante dos empregados, que interpreta as medidas como um retrocesso a um modelo de gestão adotado no governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Coordenador-geral da entidade, José Maria Rangel afirma que o pagamento de bônus por desempenho já foi adotado no passado, mas caiu por pressão dos sindicatos. "Os sindicatos compreendem que o sucesso da empresa depende de uma ação conjunta dos funcionários e que as compensações por metas atingidas devem acontecer por meio do PLR (participação nos lucros e resultados)", afirmou Rangel. A FUP negocia com a diretoria dos critérios de distribuição do PLR. A empresa que substituir objetivos operacionais por financeiros, mais difíceis de serem alcançados nesse período de crise, segundo a federação. Hoje, qualquer promoção ou aumento de salário depende da vontade dos chefes. No futuro, com a adoção de um banco de talentos, a petroleira vai adotar "critérios claros para sucessão com base no mérito e amplo acesso" e o novo plano de cargos e salários que será discutido neste ano também deve dar mais mobilidade aos funcionários, como informou o diretor de Assuntos Corporativos no comunicado aos funcionários.

Especialista pela FGV Ebap (Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas), Carmen Miguelis diz que um dos efeitos da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, foi tornar excessivos os sistemas internos de controle das empresas envolvidas. Além disso, aponta ela, é comum no Brasil os funcionários conviverem em ambientes de grande lacuna hierárquica – entre as lideranças e o pessoal de base – e também de desconfiança interna, que "contribuem para que os melhores indivíduos não apareçam". Procurada, a Petrobrás não se pronunciou oficialmente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Alta da gasolina nos postos foi 6 vezes maior, diz estatal

A Petrobrás começou a divulgar em seu site os preços médios de gasolina e diesel, sem tributos, comercializados em suas refinarias. A ideia é dar mais

transparência à composição do valor final dos combustíveis. Paralelamente, a empresa informou que vai elevar em 1,5% o preço do diesel vendido às distribuidoras a partir de hoje, a R\$ 1,7369 o litro, e aumentar em 1,8% o preço da gasolina, a R\$1,5148 o litro. Depois da venda para distribuidoras, os combustíveis passam a incorporar impostos aos seus preços, além de custos e margem das distribuidoras e dos revendedores.

Os produtos também sofrem adições dos biocombustíveis: biodiesel, no caso do diesel, e etanol anidro, no caso da gasolina, fatores que também afetam o valor na bomba. A decisão ocorre após autoridades, como o presidente Michel Temer e o ministro da Secretaria- Geral da Presidência, Moreira Franco, apontarem que reduções implementadas pela petroleira não estavam chegando às bombas. Na ocasião, os setores de distribuição e revenda de combustíveis do País refutaram os comentários culpando a elevada carga de tributos pela alta nas cotações aos consumidores finais.

Desde outubro de 2016, a Petrobrás vem praticando uma política de preços que segue a lógica do mercado internacional de combustíveis. Em julho do ano passado, a empresa começou a reajustar os valores quase que diariamente, em busca de maior agilidade. Segundo a Petrobrás, o preço médio da gasolina nos postos em outubro de 2016 era de R\$ 3,69 por litro, ante R\$ 4,23 o litro em fevereiro deste ano – variação de R\$ 0,54. "Neste total, os ajustes feitos pela Petrobrás respondem por R\$ 0,09, ou seja, um sexto do ajuste total", diz a nota.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli e Carla Araújo

Título: Plano B inclui venda da Eletrobrás e autonomia do BC

Projetos que interessam ao Banco Central agora são prioritários, como mudança no cadastro positivo e relacionamento com Tesouro.

Sem a reforma da Previdência e com um ano pela frente, o governo Michel Temer passou a considerar 15 pontos como projetos prioritários para serem aprovados no Congresso neste ano. "Estamos aqui repautando todo o processo, não só com medidas de ajuste", afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. A proposta de autonomia do Banco Central é a única que tinha sido, na prática, abandonada pelo governo Michel Temer e agora volta à agenda. Polêmica, a proposta foi amplamente defendida pelo governo antes de ser colocada de lado ainda em 2016. Segundo um integrante da equipe econômica, o governo vai aproveitar a proposta já em tramitação do senador Romero Jucá (MDB-RR), que prevê inclusive a fixação de mandato para presidente e diretores que não coincide com o do presidente da República. "É um projeto que, de fato,

é discutido há bastante tempo. Eu defendi por muito tempo, e nunca houve uma decisão política. Agora, existe uma decisão política", disse Meirelles.

Outro ponto importante dessa agenda é a privatização da Eletrobrás, que ainda precisa do aval do Congresso para se concretizar e que renderia R\$ 12,2 bilhões aos cofres públicos. O pacote inclui ainda uma simplificação da cobrança do PIS/Cofins e a implementação efetiva do cadastro positivo (lista de bons pagadores que em tese reduziria os custos dos empréstimos). Foram incluídos ainda um novo marco legal de licitações e contratos, programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais e atualização da Lei Geral de Telecomunicações (leia quadro acima). Jucá afirmou que as lideranças políticas no Congresso Nacional vão definir um "ritmo forte de votação" dos 15 pontos listados agora como prioritários.

Segundo ele, haverá um "esforço concentrado", em conjunto com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para levar adiante as medidas. Ele reconheceu, porém, que será um ano "extremamente corrido", com interrupções e com eleições. "O calendário é apertado, mas o Congresso vai dar conta do recado", assegurou. Jucá lembrou que, além dos 15 pontos, existem hoje 21 Medidas Provisórias (MPs) a serem votadas pelo Congresso, como a tributação de fundos exclusivos, o adiamento de reajuste dos servidores públicos e o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo. Segundo ele, essa agenda vai melhorar o ambiente econômico. "A reforma da Previdência não pode ser votada, é imperativo constitucional", afirmou.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a agenda "revigorada" aumentará "consideravelmente" a credibilidade do governo. Ele ressaltou que permanece na pauta o conjunto de medidas de ajuste enviadas via Medida Provisória (MP), como o adiamento do reajuste dos servidores, o aumento da alíquota previdenciária do funcionalismo e a mudança na tributação de fundos exclusivos de investimento, para clientes de alta renda. "Passo maior". Escalados para anunciar a suspensão oficial da reforma da Previdência, os ministros de Temer tentaram desvincular a interrupção da proposta que muda as regras da aposentaria – principal aposta do governo para frear o endividamento público – com a decisão de Temer de decretar a intervenção na segurança do Rio.

Para Padilha, a situação no Rio ficou insustentável e o presidente e o governador Luiz Fernando Pezão, depois de diversos decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) eles concluíram "que tinha de ser dado passo maior". "Tivemos que reconhecer que agora temos que ter uma pauta prioritária", admitiu Padilha. O ministro reconheceu que o presidente vai usar a bandeira da segurança pública como seu legado nas eleições e que o anúncio da criação do

Ministério Extraordinário da Segurança mostra isso. "O tema será sim uma marca do presidente Temer." COLABOROU ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Ultra corre para aprovar compra da Liquigás

Gás de cozinha. Superintendência do Cade já recomendou reprovação de negócio que uniria a Ultragaz à companhia da Petrobrás; contrato entre partes prevê pagamento de 10% do valor do acordo, que é de R\$ 2,8 bilhões, caso transação seja barrada definitivamente

O conglomerado nacional Ultra, dono da rede de postos de combustíveis Ipiranga, corre contra o relógio para conseguir a aprovação, mesmo com pesadas restrições, da compra da Liquigás, que pertence à Petrobrás, pela Ultragaz, divisão de gás de cozinha da companhia. O caso, que deve ser julgado no dia 28, é importante tanto para a estatal – que está em processo de desinvestimentos de ativos não estratégicos – quanto para o Ultra, que busca se isolar na liderança em gás com a transação. Em agosto passado, o Ultra teve um importante negócio barrado pelo órgão antitruste: a compra da rede de postos Ale pela Ipiranga. O acordo entre as distribuidoras de gás é considerado uma operação complexa, por causa da alta concentração de mercado em algumas regiões do País. Por isso, o grupo Ultra concordou em assinar uma cláusula em que a Petrobrás receberia R\$ 280 milhões, ou 10% do valor anunciado do negócio, de R\$ 2,8 bilhões, caso a operação seja barrada pelo Cade.

A aposta do Ultra é alta, segundo fontes de mercado, uma vez que tradicionalmente essa taxa de insucesso, ou break-up fee, varia de 3% a 5% do valor da transação. Anunciado em novembro de 2016, o processo de aquisição da Liquigás pela Ultragaz foi bastante competitivo, atraindo os principais concorrentes brasileiros, como a holandesa Supergasbrás (SHV), a Nacional Gás, do grupo Edson Queiroz (ramo da família Jereissati), e a Copagaz, do empresário Ueze Zahran, além de investidores estrangeiros, como o turco Aygaz.

Ativo cobiçado.

O Estado apurou que os principais concorrentes na disputa pela Liquigás estão acompanhando de perto os próximos passos do Cade e têm interesse em fazer uma oferta pelo negócio, caso a operação seja barrada. O valor, contudo, deverá ficar abaixo do ofertado pelo Ultra, segundo pessoas a par do assunto. Pelo menos duas rivais, a SHV e a Nacional Gás, enfrentariam os mesmos problemas de concentração da Ultragaz. Fontes ligadas a essas empresas

confirmaram interesse e disseram ter "alternativas" para evitar o veto do Cade. A Copagaz e a Aygaz também estão de olho no negócio, caso seja barrado. Procuradas pela reportagem, SHV e Copagaz não comentam. Nacional Gás e Aygaz não retornaram os pedidos de entrevista. Na visão do advogado Ricardo Gailard, do escritório Cescon, Barrieu, as chances de o negócio ser aprovado pelo Cade são mínimas por causa do domínio de Liquigás e Ultragaz. Ele acompanha o caso como parte interessada, uma vez que representa a Copagaz, uma das derrotadas na briga pela Liquigás.

Negociações.

No entanto, o grupo Ultra, um dos maiores conglomerados do País, que faturou R\$ 75,6 bilhões em 2016, não jogou a toalha, segundo fontes. A Petrobrás também está defendendo em Brasília a aprovação do negócio. No dia 31 de janeiro, o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, esteve no Cade para discutir o assunto. Procurados, Ultra e Petrobrás também não comentam. Várias alternativas foram estudadas, conforme informou o Estadão/Broadcast em janeiro. Entre elas estão o compartilhamento de bases de operação e a venda de marcas secundárias, como Tropigás e Novogás. Outra opção aventada é vender a marca Liquigás. No entanto, uma regra da Agência Nacional do Petróleo (ANP) impede que uma empresa use o botijão de outra concorrente – o que pode inviabilizar a venda de marcas, pois isso exigiria a recompra de milhões de botijões pelo País. Seria caro e demorado entregar os botijões com a grafia da empresa vendida para quem comprar o negócio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Brasil chega a 8º lugar em capacidade eólica instalada

País passa o Canadá em 2017 e há perspectiva de alta neste ano; ventos no Nordeste são de boa qualidade

O Brasil ultrapassou o Canadá para se tornar em 2017 o oitavo país com a maior capacidade instalada em usinas eólicas, com cerca de 12,8 gi-gawatts, em uma trajetória ascendente dos investimentos na fonte renovável que pode levar a um novo avanço no ranking neste ano, segundo a presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Elbia Gan-noum.

Com pouco mais de 2 giga-watts em novas usinas eólicas colocadas em operação em 2017, o Brasil apareceu como o sexto maior em expansão anual da capacidade em todo o mundo, à frente da França, com 1,7 gigawatt, segundo

lista do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês) divulgada na semana passada.

Em 2018, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vê 1,6 gigawatt em novas eólicas com alta probabilidade de entrar em operação no Brasil.

“A energia eólica tem tido nos últimos anos, desde 2009, um crescimento exponencial no Brasil. Esperávamos mesmo chegar a esses patamares, e a gente ainda espera talvez chegar à sétima posição [no ranking global em 2018]”, afirmou Gan-noum, da Abeeólica.

A líder global em energia eólica é a China, com 188 gi-gawatts instalados. Os Estados Unidos estão na segunda colocação da lista, seguidos por Alemanha, Índia, Espanha, Reino Unido, França e Brasil.

478+/-

Mas, embora o Brasil esteja a apenas 1 gigawatt de alcançar os 13,76 gigawatts dos franceses, o país pode levar mais tempo para galgar novos degraus no ranking —o sexto colocado, Reino Unido, tem 18,9 gigawatts em eólicas instaladas.

O Brasil reduziu a velocidade de contratação de novas usinas em 2015, em meio à recessão econômica.

MELHOR VENTO?

O crescimento da geração eólica no Brasil tem sido impulsionado por um forte interesse de investidores por causa das características dos ventos do país, principalmente do Nordeste, visto por muitos especialistas como um dos melhores do mundo.

Segundo levantamento da consultoria ePowerBay, os dez parques eólicos mais produtivos do Brasil, todos no Nordeste, tiveram fatores de capacidade médios de 60,8% a 64,6% em 2017.

“Os números dessas usinas mais produtivas comparam-se até ao rendimento de parques offshore, instalados em alto-mar”, disse o presidente do Conselho do GWEC, Steve Sawyer.

Segundo a Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena, na sigla em inglês), o vento brasileiro é razoavelmente mais produtivo do que a média global (pouco mais de 20%) —a média brasileira é de 30%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona Taís Hirata****Título: Refinaria responde por 17% de reajuste, afirma Petrobras**

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO

A Petrobras colocou em prática nesta segunda (19) novo modelo de divulgação dos preços dos combustíveis, anunciado antes do Carnaval. A partir de agora, ao invés dos percentuais de reajustes diários, a empresa divulga os preços da gasolina e do diesel em reais por litro.

Em nota, a companhia defende que foi responsável por apenas um sexto do aumento da gasolina desde outubro de 2016, quando anunciou nova política de preços.

Nesta segunda, a gasolina é vendida pela estatal a R\$ 1,5148 por litro, alta de 1,82% em relação ao preço vigente na sexta (16). Já o diesel é vendido a R\$ 1,7369, aumento de 1,5%.

A empresa ressalta que os valores representam uma média nacional —já que há variações entre as refinarias— e não consideram nenhum imposto.

A Petrobras alega que a divulgação dos preços, ao invés dos percentuais, pode garantir maior transparência ao mercado. A mudança foi anunciada no mesmo dia em que o governo acusou supostos cartéis por manipular os preços nas bombas.

De acordo com a nota, o preço da gasolina nas bombas subiu R\$ 0,54 por litro no período, passando de R\$ 3,69 para R\$ 4,23 por litro. A alta nas refinarias foi de R\$ 0,09.

No caso do diesel, o aumento nas bombas no período foi de R\$ 0,35 por litro (de R\$ 3,05 para R\$ 3,40). Nas refinarias, o preço subiu R\$ 0,12, segundo a estatal, o equivalente a um terço da alta.

CAUSAS DO AUMENTO

O principal impacto nas bombas neste período foi provocado por aumento nas alíquotas de PIS/Cofins no final de julho de 2016. Apenas naquele momento, os preços da gasolina e do diesel subiram R\$ 0,41 e R\$ 0,21 por litro, respectivamente.

"Os impostos federais e estaduais são responsáveis por 50% do preço final", afirma Leonardo Gadotti, presidente da Plural, entidade que reúne as grandes distribuidoras do país.

Outro fator relevante para a alta foi o preço do etanol anidro, que subiu 32% desde que julho de 2017, diz ele.

O álcool representa 13% do custo total da gasolina; a Petrobras responde por 28% desse valor.

As margens das distribuidoras, postos de gasolina e transportadoras representam 14% do preço final.

Esse valor não teve aumento, afirmam as entidades desses setores.

"As margens de logística reduziram 5%, entre junho de 2017 e hoje", diz Gadotti.

Para os postos de gasolina, suas margens ficaram "de estáveis para menos", segundo José Alberto Paiva Gouveia, presidente do Sincopetro, sindicato paulista que representa as varejistas.

"Ninguém se aproveitou da situação, muito pelo contrário, o mercado está cada vez mais competitivo. [As acusações feitas pelo governo de que há cartel] são uma irresponsabilidade do governo. Se há cartel, ele que prove e prenda os responsáveis."

Gouveia ainda criticou a forma de divulgação dos preços pela Petrobras. Para ele, os valores deveriam ser publicados segundo cada localidade, e não uma média, já que há variações significativas.

"É outra irresponsabilidade, deveriam publicar base por base. A hora em que põe um valor médio do Brasil inteiro, gera uma expectativa no consumidor em Amazonas, onde o preço é muito maior que em São Paulo. Teria que ser algo mais profissional", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Rodrigo Polito e Raphael Di Cunto | De São Paulo, Rio e Brasília

Título: São Francisco deve levar R\$ 15 bi da Eletrobras

O governo já trabalha com a possibilidade de que as contribuições que a Eletrobras precisará fazer para a revitalização do rio São Francisco, no contexto

de sua privatização, vão chegar a um total de R\$ 15 bilhões com a tramitação do projeto de lei (PL) que trata da operação no Congresso, apurou o **Valor** com fontes próximas da situação.

Pelo texto proposto no PL, a Eletrobras fará aportes de R\$ 350 milhões por ano na revitalização do rio durante os primeiros 15 anos das suas novas concessões, baixando para R\$ 250 milhões por ano nos últimos 15 anos, chegando a um total de R\$ 9 bilhões para o programa.

O **Valor** apurou, porém, que o governo não vai vetar alterações no projeto de lei que elevem o total a até R\$ 500 milhões anuais, levando o total da contribuição a R\$ 15 bilhões ao longo dos 30 anos. Esse já era o montante mínimo de contribuição defendido por algumas alas do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, mas que acabou sendo reduzido por pressões da equipe econômica do governo.

O aumento dos valores deve ser necessário para garantir a aprovação do PL principalmente no Nordeste, onde fica a sede da Chesf e que concentra a principal resistência à privatização da companhia elétrica. "Se é isso o que é necessário para aprovarem a lei, vamos aceitar", disse uma fonte do governo ao **Valor**.

"Essa é uma solução para que a bancada do Nordeste aprove o projeto de lei", disse uma fonte, completando que, ao se levar em conta a situação do rio, a ideia não é "de todo ruim".

Relator do PL, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) já chegou a chamar, em entrevista anterior ao **Valor**, os R\$ 9 bilhões de "migalhas". Questionado sobre a disposição do governo de elevar o valor, ele disse que ainda não avaliou a questão. "Não comecei a conversar ainda, mas é muito bom saber que o governo está disposto a discutir", afirmou.

Para o deputado, o mais importante para discutir primeiro é o modelo de gestão desse dinheiro. "Estou muito mais preocupado com a forma de governança, para ser algo moderno e eficiente. Se deixar nas mãos do governo, podem ser R\$ 50 bilhões que não vai dar certo", disse. Aleluia disse que ainda não decidiu qual o modelo a ser adotado na revitalização do rio, mas lembrou da Tennessee Valley Authority (TVA), que desde 1933 atua no desenvolvimento do vale do Tennessee, nos Estados Unidos, utilizando dinheiro da geração de energia do rio.

A ideia dele é criar uma agência reguladora para fiscalizar o uso dos recursos no programa de revitalização do São Francisco. A ideia é vista com receio no setor.

"Hoje já existe a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba] e a ANA [Agência Nacional de Águas], organismos que, teoricamente, teriam a responsabilidade de se ocupar das questões relativas ao rio São Francisco", lembrou Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil. Segundo ele, não necessariamente a melhor solução passa pela criação de uma nova agência, mas a discussão entre as partes precisa ser "serena".

Ainda no contexto da privatização, outra agência está nos planos de uma ala do Ministério de Minas e Energia, a criação de uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Energético (ABDE), para gerir, por exemplo, os recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Programa Nacional da Racionalização do uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet).

Essas agências, se saírem do papel, terão orçamentos próprios e funcionários, e se somariam aos demais órgãos já existentes no setor elétrico, como Aneel, CCEE, EPE e ONS. No caso da ABDE, a posição de especialistas do setor é mais contundente. "Acho exagerada essa ideia de criar outra agência, disse um especialista, sob a condição de anonimato.

"A criação de outra agência seria um exemplo eloquente de uma entropia burocrática desnecessária, e com riscos aumentados de uso político sobre recursos que são privados, gerados a partir da conta de energia", disse Sales. Para ele, a criação dessa agência traria riscos muito grandes ao país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Governo discute campanha de comunicação para melhorar aceitação da venda da estatal

O governo começou a discutir ontem uma campanha publicitária para a privatização da Eletrobras. Para o Palácio do Planalto, a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro não afetará o trâmite do projeto de lei enviado ao Congresso Nacional para tratar do assunto.

Na avaliação de integrantes do governo, é possível dar maior visibilidade aos pontos positivos da privatização. A ideia é que a população seja alcançada por essa mensagem - que inclui ações de recuperação do rio São Francisco e impossibilidade de mais aportes públicos na Eletrobras - e que isso se reverta em apoio dos parlamentares ao projeto de lei.

"Agora, vai ser a batalha no Congresso que vai estar dentro da perspectiva de esforço de comunicação do governo como um todo", disse o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, após reunião ontem no Planalto.

Segundo ele, a necessidade de fazer uma campanha publicitária - a exemplo das que foram preparadas para as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio - será decidida pela equipe do ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência). "Teremos, nos próximos dias, algum desdobramento de qual vai ser a melhor forma de abordar e explicar todos os benefícios do processo de privatização", disse.

Para ele, a privatização da estatal do setor elétrico exige uma abordagem diferente das de reformas. "É diferente porque [o efeito] não é tão direto assim, mas é importante mostrar a situação da empresa, os benefícios, desmitificando o que vem sendo dito ao longo do tempo. Essa avaliação será feita por quem entende mais", afirmou.

O marqueteiro Elsinho Mouco e Wesley Santos, subsecretário de Comunicação Digital da Presidência da República, participaram da reunião. Não houve definição sobre o início de campanhas de publicidade, afirmou Moreira. "Tivemos uma reunião de conceitualização. Foi para entender o processo. Não se trata de uma privatização ou desestatização tradicional. É uma capitalização da companhia", acrescentou.

De acordo com Moreira, a intervenção no Rio não afetará o ritmo de tramitação do PL da Eletrobras (9.463/2018) na Câmara dos Deputados. O governo precisa de tudo aprovado - incluindo no Senado - ainda no primeiro semestre. A ideia é realizar, em junho ou julho, a assembleia de acionistas da empresa para deliberar sobre um aumento de capital em que a União não entrará.

Só com aporte dos acionistas privadas, o governo federal deverá perder o controle e ficar com pouco mais de 40% da companhia energética. "Não vejo nenhum motivo para atrasos."

Entre as vantagens da privatização da Eletrobras que devem ganhar evidência, em eventual campanha publicitária, estão o fim do repasse aos consumidores de despesas vinculadas ao risco hidrológico das usinas do grupo estatal e da necessidade de aportes da União para salvar a companhia de sua dificuldade de caixa.

Outro aspecto que deve ser considerado na estratégia de convencimento é a inviabilidade de continuar reproduzindo o modelo de gestão estatal na Eletrobras. No entendimento do atual governo, a Eletrobras não conseguiria se

adequar à nova realidade do setor elétrico brasileiro, que contou com a recente chegada de grupos estrangeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: União prevê obter R\$ 1 bi da partilha este ano

O governo federal estima arrecadação potencial de R\$ 1 bilhão em 2018 com a comercialização de petróleo e gás natural da União produzidos no pré-sal sob regime de partilha. O montante considera não só a produção futura de campos como Mero (área noroeste de Libra) e Sapinhoá, como também valores incluídos num acerto de contas sobre a produção passada de campos que passarão por acordos de unitização com a PPSA, estatal que representa os direitos da União nos contratos de partilha.

A informação, publicada pela "Reuters", foi confirmada ao **Valor** pelo **secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**. "A expectativa nossa é contribuir com R\$ 1 bilhão, que é a soma da venda de óleo e gás com o que vai equalizar", disse.

A estimativa do governo é que a União tem direito a uma parcela de 5 milhões de barris, referentes a volumes de campos que já produzem há alguns anos no pré-sal (como Lula e Sapinhoá), mas cujos reservatórios se estendem para fora de suas áreas de concessão para áreas ainda não contratadas.

Nesses casos, as empresas que operam essas concessões têm que fechar um acordo de individualização da produção (AIP), destinando parte da produção da jazida para a União. Conforme esses acordos sejam celebrados, a União passa a ter direito a receber valores retroativos relativos à produção dessas áreas. Félix disse, ainda, que a projeção de receitas toma como base um barril de petróleo abaixo dos US\$ 60.

Em janeiro, a PPSA havia estimado que as receitas com a venda do óleo e gás da União totalizariam R\$ 300 milhões. A diferença, segundo Félix, é que a projeção de R\$ 1 bilhão inclui montantes envolvidos nas equalizações da produção dos campos em fase de unitização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Para analistas, intervenção no RJ não afeta projeto

A intervenção federal na segurança pública do governo no Rio de Janeiro pode atrasar a tramitação de outras pautas do governo no Congresso, mas as expectativas de aprovação do projeto de lei de privatização da Eletrobras permanecem inalteradas. Para especialistas do setor elétrico e economistas ouvidos pelo **Valor**, a privatização da Eletrobras seguirá prioritária.

Para Juan Jensen, economista e sócio da 4E Consultoria, é possível que a privatização seja aprovada neste ano, mesmo com a intervenção. A favor da privatização, diz ele, está o interesse já declarado do governo no avanço da proposta.

"Acho que o governo tem toda a motivação para fazer a tramitação do projeto o mais aceleradamente possível", afirma Claudio Sales, do instituto Acende Brasil. Segundo ele, sem a privatização, a Eletrobras vai precisar de aportes do Tesouro para se manter. "Não realizar a privatização significaria que o Tesouro estaria compelido a fazer aportes na Eletrobras, para os quais sabidamente não há recursos disponíveis", diz.

"A privatização é algo bom, vai trazer benefícios para a população como um todo", disse João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia. Para ele, o cenário político atual pode adiar um pouco o cronograma das reformas do setor elétrico, mas nada que comprometa seu andamento.

Armando Castelar Pinheiro, pesquisador do Ibre-FGV, considera a aprovação no Congresso improvável, "mas não impossível". "Não sei se o governo vai conseguir mobilizar apoio, mas acho que vai tentar", diz. De qualquer maneira, a aprovação da privatização independe da política adotada por Temer no Rio, segundo Castelar. "Não acho que isso atrapalhe", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Gás de Israel para Egito

Egito e Israel acordaram a venda de US\$ 15 bilhões em gás natural, em contrato com duração de dez anos. O acordo é o mais importante desde 1979, quando os países assinaram o tratado de paz. A previsão é que o Delek Group, de Israel, forneça 64 bilhões de metros cúbicos de gás para a egípcia Dolphinus Holdings na próxima década.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****Eletropaulo investe R\$ 5 bi**

A distribuidora de energia Eletropaulo anunciou ontem que prevê investir R\$ 4,94 bilhões entre 2018 e 2022, sendo R\$ 4,52 bilhões em recursos próprios e R\$ 419 milhões financiados por clientes. O programa de investimentos "está voltado para a melhoria da eficiência e da confiabilidade operacional", informou. O valor é 24,5% superior ao divulgado para o ciclo anterior, de 2017 a 2021, que somava R\$ 3,97 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Amazonas precisa cindir operações antes de leilão**

Mais problemática das distribuidoras da Eletrobras à venda, a Amazonas Energia enfrenta um último desafio que precisa ser concluído até o início de março: a separação das suas atividades de distribuição e de geração e transmissão - a chamada desverticalização da companhia. Com isso, os problemas da área de geração (e um déficit de fluxo de caixa que deve chegar a R\$ 3,5 bilhões no primeiro semestre deste ano) permanecerão com a estatal, a quem caberá resolvê-los antes da sua própria privatização.

Considerando apenas as atividades de distribuição de energia, a projeção até julho deste ano, data máxima em que a Eletrobras vai ser responsável pela gestão da empresa, a geração de fluxo de caixa teria um pequeno déficit de R\$ 13,7 milhões.

Quando a atividade de geração é mantida, porém, o déficit de caixa passa a ser representativo, da ordem de R\$ 1 bilhão. Considerando ainda as dívidas vencidas, o déficit chegaria ao total de R\$ 3,5 bilhões. As projeções constam em documentos enviados pela empresa à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao qual o **Valor** teve acesso.

Com a desverticalização, a distribuidora poderá ser privatizada sem os passivos que a área de geração tem. A maior dívida se concentra com a Petrobras, que fornece combustível para geração de energia nos sistemas isolados.

Para que a separação das atividades seja concluída, ainda é necessário terminar a cessão do contrato de gás, o laudo de avaliação das empresas, e a comprovação da transferência das ações da Amazonas Geração e Transmissão (Amazonas GT) hoje na Amazonas Distribuição (Amazonas D) para a holding.

Segundo o diretor da Aneel André Pepitone, praticamente todas as pendências necessárias para a desverticalização estão resolvidas. O laudo de avaliação será entregue após a segregação interna das empresas (GT e D). Essa segregação deve ser aprovada em assembleia da Amazonas, ainda a ser realizada.

O diretor contou ainda que é preciso fazer uma alteração na resolução da Aneel que trata sobre o assunto, porque a norma previa que a desverticalização ocorreria por debêntures conversíveis em ações. A Eletrobras, porém, alterou a modelagem para um modelo com a troca de dívidas. Por isso, será preciso que a diretoria da Aneel aprove a modificação da resolução. O processo na Aneel foi sorteado ontem, e ficou com o diretor Tiago Correia.

A situação financeira da Amazonas Energia foi agravada quando ela sofreu um corte nos repasses de créditos de fundos setoriais. Em documento enviado à Aneel em outubro, a Amazonas Energia projetava um fluxo de caixa negativo de R\$ 632,4 milhões para 2017, refletindo, entre outros fatores, a interrupção desses desembolsos, que a companhia até então considerava em seu orçamento.

Segundo a própria Eletrobras, as chamadas glosas retiravam cerca de R\$ 200 milhões do caixa da companhia por mês, sendo R\$ 58 milhões em recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R\$ 141 milhões de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Sem esses valores, a geração de caixa da própria companhia não é capaz de suportar todos os seus compromissos.

"Entendemos que a Aneel terá sensibilidade de nos ajudar e vai corrigir essa situação", disse Luiz Henrique Hamann, diretor de distribuição da Eletrobras. Segundo ele, como a Aneel está travando repasses de fundos setoriais à Amazonas Energia por questões relativas ao desempenho operacional da distribuidora, com a desverticalização, o regulador não terá mais pretexto para isso, uma vez que os recursos serão alocados na geradora, e não mais na distribuidora.

O diretor disse acreditar "na boa vontade" do regulador, que deve aprovar a retomada dos repasses a tempo da Amazonas Energia sanar seus compromissos antes da privatização da empresa.

Ao **Valor**, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse que espera concluir a transferência do contrato de gás com a Petrobras para a Amazonas

GT até 2 de março, para garantir a desverticalização. Ele afirmou que está conversando com a Petrobras para alcançar o equacionamento do passivo bilionário o mais rapidamente possível.

Ao transferir o contrato para a Amazonas GT, a dívida ainda não repactuada com a Petrobras, da ordem de R\$ 6 bilhões, vai subir para a holding, deixando a distribuidora livre desse passivo.

Recentemente, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a dívida total da Eletrobras com a companhia está em torno de R\$ 20 bilhões, sendo que uma parte já está sendo paga no contexto de dois acordos de repactuação firmados entre as estatais. "Naturalmente, nós, gestores da empresa [Petrobras] com deveres perante seus acionistas, não vamos aceitar qualquer acordo que não atenda totalmente os interesses da Petrobras", disse Parente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Lucro da Neoenergia sobe 34% e soma R\$ 406 milhões

A Neoenergia registrou lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 406,088 milhões em 2017, com crescimento de 34,08% em comparação com o ano anterior, de acordo com resultado reportado ontem ao mercado. Na mesma comparação, a receita operacional líquida subiu 38,26%, para R\$ 20,518 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 14,89%, totalizando R\$ 3,086 bilhões.

Em 2017, o volume de fornecimento de energia para o mercado cativo (das distribuidoras) do grupo Neoenergia cresceu 6,4% ante o ano anterior, para 35.515 gigawatts-hora (GWh). Na mesma comparação, o consumo de energia nas áreas de concessão das quatro distribuidoras da companhia aumentou 15,68%, para 44.575 GWh. O número de clientes do grupo também cresceu 25,35%, para 13,577 milhões de unidades consumidoras.

No ano passado, a Neoenergia investiu R\$ 4,004 bilhões, montante 39,19% superior em relação ao ano anterior (2,876 bilhões). Considerando os investimentos nas coligadas da companhia, o montante investido em 2017 chegou a R\$ 4,4 bilhões. "E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro [de 2017]", afirmou o presidente do conselho de administração da Neoenergia e presidente mundial da Iberdrola, Ignacio Galán, em mensagem aos acionistas.

Este foi o primeiro resultado anual da Neoenergia após a incorporação da Elektro, distribuidora que atende o Oeste do Estado de São Paulo e cinco municípios do Mato Grosso do Sul. Com a operação, a espanhola Iberdrola, que detinha 99,99% da Elektro, ampliou sua participação no capital da Neoenergia, de 39% para 52,45%. Os outros dois acionistas, Previ e Banco do Brasil, tiveram as participações reduzidas, de 49% para 38,21% e de 12% para 9,35%, respectivamente.

Em recente entrevista ao **Valor**, Galán afirmou que a empresa será o único veículo de investimentos do grupo espanhol no Brasil, para onde planeja aportes entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões em 2018.

Em 2017, Iberdrola, Previ e Banco do Brasil planejaram uma oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês) da Neoenergia. A operação, no entanto, foi cancelada por falta de consenso com relação ao valor da oferta. Um dia após confirmar oficialmente a desistência do IPO, a Neoenergia arrematou dois lotes de linhas de transmissão, em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Verti vai à Justiça contra venda de ativos da Abengoa

A gestora Verti Capital entrou com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) contra a homologação do resultado de leilão judicial realizado em dezembro. No certame, o fundo americano TPG (antigo Texas Pacific Group) arrematou sete linhas de transmissão em operação da Abengoa, dentro do processo de recuperação da companhia de transmissão. O fundo TPG venceu o leilão ofertando R\$ 482,5 milhões pelas linhas, contra um lance de R\$ 477 milhões apresentado justamente pela Verti Capital.

No agravo apresentado, a Verti Capital, representada pelo advogado Arthur Migliari, alega que foi negado o direito à gestora de ofertar uma contraproposta durante a audiência em que foi realizado o leilão.

Segundo o documento, no certame, apenas um envelope, com a proposta da Verti Capital e de Marco Antonio Sanná, foi entregue, com um lance no valor de R\$ 477,777 milhões. Em seguida, representantes da Abengoa e do TPG solicitaram suspensão da audiência por duas horas. Após o retorno da audiência, o TPG apresentou a proposta no valor de R\$ 482,555 milhões, sagrando-se vencedor.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, porém, o TPG já havia feito anteriormente uma oferta vinculante pelos ativos operacionais da Abengoa, no valor de R\$ 400 milhões e que serviu de referência para o leilão. A proposta do fundo americano funcionou como um "stalking horse", expressão usada para descrever o investidor que faz a primeira oferta e tem o direito de cobrir eventuais novas propostas no leilão, se assim o desejar.

Migliari, porém, questiona a forma como foi feito o leilão. Além disso, ele alega que o prazo da proposta original do TPG havia expirado e que não foi exigida prova de capacidade financeira do fundo americano.

De acordo com o resultado do leilão, além de pagar R\$ 482,5 milhões pelas linhas, o TPG assumiu R\$ 1,3 bilhão em dívidas. Com isso, a dívida da Abengoa, que somava R\$ 3,3 bilhões, caiu pela metade. As sete linhas somam 3.500 quilômetros de extensão e possuem receita anual permitida (RAP) de R\$ 476 milhões. Considerando apenas a proporção da participação da Abengoa nesses empreendimentos, a RAP soma 267 milhões.

Com relação às nove linhas de transmissão da Abengoa que tiveram as obras paralisadas, a companhia busca na Justiça derrubar a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de caducidade dessas concessões. A ideia da transmissora é incluir as obras em novo leilão judicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Focus fatura R\$ 1,2 bi e prevê alta de 40% em 2018

O forte crescimento do mercado livre de energia em 2017 permitiu que a comercializadora Focus Energia apurasse um faturamento de R\$ 1,2 bilhão, com apenas dois anos de atuação. Para este ano, as perspectivas são de continuação de uma expansão acelerada. Uma projeção "conservadora" indica um faturamento de R\$ 1,7 bilhão em 2018, disse Alan Zelazo, presidente da comercializadora.

Segundo Zelazo, já há cerca de R\$ 1,2 bilhão em contratos fechados, o que explica a projeção ser considerada conservadora por ele. "Esperamos girar no mínimo 1.000 megawatts (MW) médios no ano em contratos", afirma o executivo.

Desse total, 40% já está garantido por meio de um contrato de longo prazo, que é um dos principais diferenciais da comercializadora. A Focus Energia comprou

um contrato de geração de 15 anos de duração originalmente licitado para o mercado cativo, e está negociando essa energia no mercado livre.

O mercado cativo é o das distribuidoras, enquanto mercado livre é aquele no qual o consumidor tem liberdade para escolher de quem comprar a sua energia. Hoje, apenas clientes com consumo superior a 3 megawatts (MW) podem aderir ao mercado livre, e a migração de contratos de geração do cativo para este ambiente de contratação é escassa.

Também são raros os projetos de geração exclusivos do mercado livre, pela dificuldade em obter financiamento, já que raramente há contratos de longo prazo que possam servir de garantia.

"Queremos aproveitar o contrato de 15 anos para entrar em sociedade no desenvolvimento de projetos. É uma alternativa no momento de crédito escasso", disse Zelazo, se referindo aos financiamentos voltados para o mercado livre de energia.

A comercializadora também investiu para gerar sua própria energia, com a aquisição de duas centrais de geração hidrelétrica (CGH) de 5 MW cada uma. Essa energia é comercializada pela Focus. A companhia avalia investir em outros projetos para gerar energia, especialmente os que se enquadrem em geração distribuída.

"Nosso resultado ano passado refletiu operações de trading [negociação] em posição comprada", disse o executivo. A comercializadora acreditou na alta dos preços de energia, o que se concretizou no segundo semestre do ano passado.

Além das operações estruturadas, em que a comercializadora alinha o interesse do gerador e o do consumidor, a Focus tem atuação na gestão de clientes grandes ou pequenos. Segundo Zelazo, o objetivo da Focus é ter a estruturação de operações de energia como principal atividade da companhia. A geração vem depois, junto da gestão de clientes.

A Focus já tem uma área de gestão que faz a migração de consumidores para o mercado livre, mas a atividade ganhará mais força a partir de agora, pois a empresa ganhou autorização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE, câmara de compensações das operações de energia) para atuar como comercializadora varejista. Nesse modelo, os consumidores que se habilitarem à migração ao mercado livre não precisarão se tornar agentes da CCEE. É como uma imobiliária, que faz a gestão do contrato em nome do cliente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

EDP obtém licenças

A EDP Energias do Brasil obteve licença de instalação de linha de transmissão do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). A licença para a EDP Transmissão é referente à linha de 230 KV SE Linhares II - SE São Mateus II e Subestação São Mateus II, no Espírito Santo. As concessões foram obtidas em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizado em 28 de outubro de 2016. Conforme o cronograma da época do leilão, a licença estava prevista para outubro de 2018. Segundo o documento, a receita anual permitida (RAP) é de R\$ 20,7 milhões, com capex de R\$ 116 milhões e a entrada em operação projetada para agosto de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo**Título:** Governo do Pará faz perícia na Alunorte

O laudo de uma perícia realizada domingo nos depósitos de resíduos da Hydro Alunorte, em Barcarena (PA), deve ser publicado quinta-feira. O documento, a ser produzido pelo Instituto Evandro Chagas, deve mostrar se há presença ou não de rejeitos e contaminantes na água analisada.

Tanto a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Estado do Pará quanto outras fontes do governo afirmam que não foi identificado nenhum vazamento ou transbordo da área de depósito de resíduos do processamento de bauxita para obtenção de alumina na área.

Em entrevista ao **Valor**, Domingos Campos, diretor de saúde, segurança e meio ambiente da norueguesa Norsk Hydro para bauxita e alumina no Brasil, disse que o sistema de contenção de rejeitos da Alunorte foi desenhado para aguentar as chamadas chuvas decamilenares - ou seja, que só ocorrem uma vez a cada dez mil anos - e passou no teste.

Segundo o executivo, o volume de água que transbordou das áreas de resíduos de bauxita foi retido pelas bacias de contenção, criadas especialmente para esse propósito. "As instalações mostraram que são totalmente capazes de suportar essa precipitação", declarou. O grande transtorno, acrescentou, além do

alagamento de Barcarena (PA), foi a queda de energia da unidade por cerca de uma hora.

Campos explicou que foi investido R\$ 1 bilhão em nova área para conter os resíduos com uma tecnologia de ponta - de prensa, não de tambor -, troca ocorrida em 2017. Esse sistema mantém os rejeitos secos em uma pilha protegida por diques e, sempre que necessário, elimina a umidade para bacias de contenção, que guardam a água até ela ir para estação de tratamento de efluentes.

"Chegaram a associar o que houve aqui com Mariana [MG], com a Samarco", afirmou Campos. "Mas existe uma série de diferenças entre o nosso resíduo e o de Mariana. O nosso é seco, com material tratado diferente, relevo diferente, porque estamos em um lugar plano. É realmente outra situação." Em novembro de 2015, a barragem de Fundão da Samarco se rompeu, afetando meio ambiente e levando à morte 19 pessoas.

Com as fortes chuvas dos últimos dias, áreas internas e próximas à linha de produção da Hydro Alunorte, em Barcarena, foram alagadas e a comunidade denunciou presença de água avermelhada na região próxima. Segundo a Hydro, a coloração vermelha da inundação é proveniente da terra de ruas não pavimentadas.

Em nota, a empresa lembrou que as chuvas foram fora do normal, especialmente em 16 e 17 de fevereiro - decâmilares, como classificou Campos -, mas que a água foi canalizada e tratada antes de ser lançada no rio Pará. "A Hydro reconhece que uma operação industrial tem impactos, mas a empresa estabelece padrões rígidos de controle, monitoramento e prevenção para garantir uma operação sustentável, respeitando as comunidades e o meio ambiente. A Hydro Alunorte reforça que sua operação em Barcarena segue toda a legislação ambiental vigente".

Ao menos nove órgãos oficiais e não governamentais visitaram as instalações da Alunorte no fim de semana - entre eles Ibama, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e secretarias municipais e estaduais de Meio Ambiente - e não foi constatado rompimento do depósito de resíduos. Foi verificada, por outro lado, vazão de água avermelhada por um tubo na área da refinaria, o que está sendo investigado.

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará, a Alunorte é recorrente: teve ao menos três problemas ambientais na década passada. Em 2002, uma falha no sistema de transporte de coque derramou cerca de 100 quilos do produto no rio Pará. Já no ano seguinte, houve vazamento de lama vermelha da bacia de

rejeitos, contaminando o rio Murucupi. Em 2009, novamente foi constatada lama de rejeitos da empresa.

Uma das maiores do mundo, com produção superior a 6 milhões de toneladas por ano, a refinaria de alumina era controlada pela Vale até maio de 2010.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Curtas

Debêntures da Celpe

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) concluiu uma emissão de R\$ 500 milhões em debêntures com prazo de cinco anos. Os títulos terão remuneração correspondente a 117,3% da taxa interfinanceira (CDI). A operação foi coordenada pelo Bradesco BBI e o agente fiduciário é a Simplific Pavarini. **(Daniela Meibak)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Previc aprova cisão de plano da Petros

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, informou que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou a cisão do seu plano de benefício definido, o PPSP. A medida já havia sido aprovada pelo conselho deliberativo da entidade e entrará em vigor em 31 de março.

A cisão dividirá o PPSP em dois planos independentes. Um deles será o PPSP-Repactuados (PPSP-R) e vai reunir os participantes ativos, aposentados e pensionistas que aceitaram mudar as regras de correção do seu benefício pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Já o PPSP-Não Repactuados (PPSP-NR) será formado por quem preferiu manter o benefício vinculado aos reajustes de salário dos trabalhadores da ativa da Petrobras e outras patrocinadoras.

Os dois planos vão dividir itens como patrimônio, compromissos futuros e provisionamentos de recursos para pagamento de despesas judiciais, de acordo com proporção de participantes e outros aspectos específicos de cada grupo. "Os direitos adquiridos no plano original, como as condições para obter a

aposentadoria e os valores dos benefícios já recebidos, serão preservados", disse a Petros em nota.

Ainda segundo o fundo de pensão, inicialmente a cisão não tem impacto sobre o plano de equacionamento do déficit do PPSP, cujo início das cobranças está previsto para março. "Ao longo de 2018, serão feitos estudos para reavaliar o impacto da cisão no pagamento de contribuições extraordinárias dos participantes e, em 2019, poderá haver revisão do plano de equacionamento", completou.

A cisão tem origem nos processos de repactuação das regras do PPSP, ocorridos em 2006 e 2007, e ainda em 2012, quando os participantes tiveram a opção de escolher entre a alteração ou não das regras de reajuste do seu benefício. Segundo a Petros, no momento cerca de 75% dos participantes do plano aceitaram mudar a forma de reajuste e passaram a ter a correção de seu benefício vinculada ao IPCA. O processo foi aprovado pelo conselho da Petros em 2013, mas a Previc pediu alterações, o que fez com que precisasse ser novamente aprovado na entidade antes de ser submetido ao regulador.

MME / ASCOM .